



Simulado Final

TJ PR

Técnico Judiciário

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-PR (Técnico Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PR**, cargo de **Técnico Judiciário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aBfA3dEzvA19GJe06>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/MDev>

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***O ChatGPT está nos deixando burros?**

A IA generativa está mudando a forma como as pessoas acessam e processam informação. Para muitos, ela está substituindo a necessidade de analisar fontes, comparar pontos de vista e lidar com ambiguidades. Mas, a IA oferece respostas claras e refinadas em questão de segundos. Embora os resultados possam ser ou não precisos, eles são inegavelmente eficientes. Isso já vem provocando grandes mudanças no nosso modo de trabalhar e pensar.

Mas a conveniência pode ter um custo. Quando as pessoas se apoiam na IA para realizar tarefas e pensar por elas, podem acabar enfraquecendo sua capacidade de pensar criticamente, resolver problemas complexos e se envolver profundamente com a informação. Embora as pesquisas até o momento sejam limitadas, o consumo passivo de conteúdos de IA generativa pode desencorajar a curiosidade intelectual, reduzir a capacidade de atenção e criar uma dependência que limita o desenvolvimento cognitivo a longo prazo.

O que importa não é se uma pessoa usa IA generativa, mas como ela usa. Quando usado de forma acrítica, o ChatGPT pode levar à acomodação intelectual. Os usuários podem aceitar suas respostas sem questionar premissas, buscar pontos de vista alternativos ou realizar análises mais profundas. Mas, quando o ChatGPT é usado como uma ajuda complementar, isso pode torná-lo um recurso poderoso para estimular a curiosidade, gerar ideias, esclarecer temas complexos e provocar diálogos intelectuais.

A diferença entre o ChatGPT nos tornar burros ou aumentar nossas capacidades está em como o utilizamos. A IA generativa deve ser usada para potencializar a inteligência humana, não substituí-la. Isso significa usar o ChatGPT como apoio a uma pesquisa, não um atalho. Significa usar as respostas das ferramentas de IA como o ponto de partida de um pensamento, não o fim.

(FRENCH, Aaron. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyg3x62vo>>. Adaptado.)

1. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

a) A IA generativa representa uma ameaça direta e inevitável à capacidade cognitiva humana.

b) O uso da IA generativa é sempre positivo, pois elimina a necessidade de análise crítica e comparações.

c) O impacto da IA generativa sobre o pensamento humano depende da forma como ela é utilizada.

d) O ChatGPT deve ser usado como substituto das etapas tradicionais de pesquisa e reflexão.

e) A utilização passiva da IA estimula a curiosidade e o aprofundamento intelectual dos usuários

2. De acordo com o texto, comprehende-se que o "Chat GPT"

a) torna desnecessário o desenvolvimento da capacidade de análise e reflexão nos processos de aprendizagem.

b) deve ser utilizado como ferramenta principal para resolver problemas complexos sem o auxílio do pensamento crítico.

c) substitui com eficiência a pesquisa tradicional, agilizando o aprendizado de forma mais segura.

d) oferece informações absolutamente confiáveis, sendo adequado como única fonte de consulta.

e) pode contribuir para o empobrecimento intelectual, especialmente quando suas respostas são aceitas sem questionamento

3. O texto "O ChatGPT está nos deixando burros?" se organiza a partir do modo

a) narrativo, ao relatar uma sequência de ações protagonizadas por usuários de inteligência artificial.

b) descritivo, ao enumerar as características técnicas do funcionamento da IA generativa.

c) injuntivo, ao instruir o leitor sobre como utilizar ferramentas de inteligência artificial.

d) expositivo, ao apresentar dados científicos de forma neutra e imparcial sobre o uso da IA.

e) dissertativo-argumentativo, ao discutir os efeitos do uso da IA generativa e defender uma posição sobre seu uso consciente

4. Em “[...] o ChatGPT pode levar à acomodação intelectual”, assinale a alternativa correta, tendo em vista as regras de uso do sinal indicativo de crase.
- a) O uso do acento indicativo de crase é incorreto, pois o verbo “levar” não exige preposição.
 - b) O emprego do sinal de crase está incorreto, pois a palavra “acomodação” não admite artigo definido.
 - c) O verbo “levar” rege a preposição “a” e “acomodação” é um substantivo de gênero masculino.
 - d) Há crase na expressão porque ocorre a fusão da preposição exigida pelo verbo com o artigo definido que acompanha o substantivo feminino.
 - e) O uso da crase é obrigatório apenas quando o substantivo seguinte estiver no plural, o que não ocorre nesse caso
5. Assinale a alternativa em que a vírgula tenha sido empregada pelo mesmo motivo que no seguinte período: “*Embora os resultados possam ser ou não precisos, eles são inegavelmente eficientes.*”
- a) “*Para muitos, ela está substituindo a necessidade de analisar fontes, comparar pontos de vista e lidar com ambiguidades.*”
 - b) “*Mas, a IA oferece respostas claras e refinadas em questão de segundos.*”
 - c) “[...] o consumo passivo de conteúdos de IA generativa pode desencorajar a curiosidade intelectual, reduzir a capacidade de atenção [...].”
 - d) “*Quando usado de forma acrítica, o ChatGPT pode levar à acomodação intelectual.*”
 - e) “*A IA generativa deve ser usada para potencializar a inteligência humana, não substituí-la.*”
6. Assinale a alternativa que fornece entre parênteses um sinônimo para o termo destacado.
- a) “*Embora os resultados possam ser ou não precisos, eles são inegavelmente eficientes.*” (necessários)
 - b) “*Mas a conveniência pode ter um custo.*” (comoção)
 - c) “[...] limita o desenvolvimento cognitivo a longo prazo.” (inteligente)
 - d) “*Os usuários podem aceitar suas respostas sem questionar premissas, [...].*” (conclusões)
 - e) “*Isso significa usar o ChatGPT como apoio a uma pesquisa, não um atalho.*” (facilitador)
7. Assinale a alternativa em que o período “*A diferença entre o ChatGPT nos tornar burros ou aumentar nossas capacidades está em como o utilizamos*” foi reescrito sem prejuízos a seu sentido original.
- a) O ChatGPT é responsável por nos tornar burros ou inteligentes, dependendo de sua programação.
 - b) O ChatGPT pode nos deixar mais burros ou mais inteligentes, de acordo com a forma como o usamos.
 - c) A inteligência ou burrice provocadas pelo ChatGPT são consequências inevitáveis de seu uso.
 - d) O uso do ChatGPT sempre resulta em aumento de nossas capacidades cognitivas.
 - e) O ChatGPT foi criado para substituir a nossa capacidade de pensar criticamente

8. Considerando os aspectos linguísticos do texto e os sentidos por eles expressos, assinale a alternativa correta.

- a) No trecho “*criar uma dependência que limita o desenvolvimento cognitivo*”, o termo destacado exerce função de conjunção integrante.
- b) No trecho “*Quando se apoia na IA para pensar, a pessoa pode enfraquecer a capacidade crítica*”, o “se” é partícula expletiva e pode ser retirado sem prejuízo ao sentido.
- c) A colocação pronominal está incorreta no trecho “*os usuários podem aceitar suas respostas sem se questionar premissas*”.
- d) No período: “*Se usado como apoio à pesquisa, o ChatGPT pode estimular o pensamento crítico*”, o “se” expressa condição, logo, é uma conjunção adverbial.
- e) Seria incorreto reescrever “*podem acabar enfraquecendo sua capacidade de pensar criticamente*” como “*podem enfraquecer-se em sua capacidade de pensar criticamente*”

de processos” seja falsa. Então, é correto afirmar que

- a) todo técnico administrativo atenderá ao público ou nenhum fará análise de processos.
- b) nenhum técnico administrativo atenderá ao público ou todos farão análises de processos.
- c) nenhum técnico administrativo atenderá ao público ou nenhum fará análise de processos.
- d) algum técnico administrativo não atenderá ao público nem fará análise de processos.
- e) algum técnico administrativo não atenderá ao público ou não fará análise processos.

11. Pâmela pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Flavinha pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, as duas se encontraram e o relógio de Pâmela marcava 10 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Flavinha?

- a) 9:30
- b) 9:45
- c) 9:50
- d) 10:10
- e) 10:00

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

9. A proposição que afirma “Adelaide é analista do TJ PR ou Wallace não é um técnico” é logicamente equivalente a afirmar que

- a) Adelaide é analista do TJ PR se, e somente se, Wallace não é um técnico.
- b) se Adelaide é analista do TJ PR, então Wallace não é um técnico.
- c) se Adelaide não é analista do TJ PR, então Wallace é um técnico.
- d) se Wallace é um técnico, então Adelaide é analista do TJ PR.
- e) Adelaide é analista do TJ PR e Wallace é um técnico.

10. Considere que a proposição “Todo técnico administrativo atenderá ao público ou fará análise

12. Em um grupo de 68 servidores de um determinado órgão do TJ PR, há quem possua formação em Direito, há quem tenha formação em Contabilidade e há quem possua as duas formações, não havendo outra possibilidade. Sabendo que há 42 pessoas que possuem formação em Direito e 52 pessoas com formação em Contabilidade, assinale a alternativa que apresenta o número de servidores desse grupo que possuem as duas formações.

- a) 14
- b) 18
- c) 22
- d) 26
- e) 30

13. Um técnico do TJ PR possui um número x de processos que devem ser arquivados de acordo com a sua categoria. O técnico fará esse serviço em 3 dias. No primeiro dia, ele consegue arquivar $2/9$ dos processos. No segundo dia, ele arquiva $3/7$ do número inicial de processos. Se, no terceiro dia, ele arquivar todos os 88 processos restantes, o valor de x é:

- a) 234.
- b) 252.
- c) 270.
- d) 288.
- e) 300

14. A soma das idades de duas pessoas é igual a 88 anos. A razão entre as idades dessas pessoas é igual a $3/8$. Assinale a alternativa que apresenta a diferença das idades dessas pessoas.

- a) 34
- b) 35
- c) 40
- d) 45
- e) 42

15. A sequência abaixo foi criada repetindo-se as letras da palavra SETEMBRO na mesma ordem:

S E T E M B R O S E T E M B R O S E T E M B R O ...

A 700^ª letra dessa sequência será:

- a) S
- b) E
- c) T
- d) B
- e) O

16. Sabendo que f é uma função do primeiro grau para a qual $f(12) = 25$ e $f(15) = 31$ então, é correto afirmar que

- a) $f(0) = 3$
- b) $f(18) = 40$
- c) $f(-2) = -5$
- d) $f(100) = 200$
- e) $f(-4) = -7$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

17. No Windows 10, ao tentar renomear uma pasta com o nome “CON”, o sistema exibe uma mensagem de erro. Isso ocorre porque:

- a) O nome contém extensão inválida.
- b) O nome já está sendo utilizado em outra unidade.
- c) “CON” é uma palavra reservada pelo sistema operacional.
- d) O nome excede o limite de caracteres permitido para pastas.
- e) Palavras com apenas três letras não são aceitas em bibliotecas.

18. Das letras abaixo, marque a alternativa que descreve a opção que não é exibida no menu propriedades ao selecionarmos um arquivo no Windows.

- a) O tamanho do arquivo.
- b) O local onde ele se encontra armazenado no disco.
- c) A data e a hora da sua criação.
- d) A quantidade de caracteres que o arquivo possui
- e) o nome do arquivo

19. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

20. No Word, a função que possibilita a criação de uma área para que seja realizadas observações sobre elementos do texto, mas que, por padrão, não são impressos é chamada de:

- a) Rodapé
- b) Comentários.
- c) Notas de fim
- d) Sumário.
- e) Caixa de Texto.

21. No Microsoft Excel 2016, qual alternativa apresenta corretamente a função que retorna o menor valor entre os selecionados:

- a) =MÉDIA(A1:A10)
- b) =MAIOR(A1:A10;1)
- c) =SE(A1>10;"Sim";"Não")
- d) =MENOR(A1:A10;1)
- e) =CONT.SE(A1:A10;">>10")

22. Em navegadores como Chrome, Firefox e Edge, a combinação de teclas Ctrl + Shift + T serve para:

- a) Fechar todas as guias abertas.
- b) Reabrir a última guia fechada.
- c) Apagar o histórico de navegação.
- d) Atualizar a guia ativa.
- e) Abrir uma nova janela anônima.

23. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

- I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.
- II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.
- III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

24. Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgão em geral. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

LEGISLAÇÃO - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.*Rodrigo Bet*

25. De acordo com a Constituição do Estado do Paraná (CE/PR), qual é o quórum necessário para apresentação de projeto de lei por iniciativa popular à Assembleia Legislativa?
- a) 1% do eleitorado estadual, sem exigência de distribuição mínima por municípios.
 - b) 1% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 30 municípios, com 1% dos eleitores de cada um.
 - c) 1% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 50 municípios, com 1% dos eleitores inscritos em cada um deles.
 - d) 2% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 50 municípios, com 1% dos eleitores de cada um.
 - e) Qualquer número de assinaturas, desde que haja distribuição em mais da metade dos municípios do estado.

LEGISLAÇÃO - ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO PR (LEI ESTADUAL N° 16.024/2008). REGIMENTO INTERNO DO TJ-PR. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PR. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PR. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PR.*Tiago Zanolla*

26. Durante inspeção extraordinária realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça, verificou-se que a Vara Cível da Comarca de São Jerônimo da Serra acumulava mais de 4.000 processos em tramitação, com baixa taxa de sentenças proferidas. Diante desse quadro, o Corregedor-Geral sugeriu ao Conselho da Magistratura a adoção de providências excepcionais. Nesse cenário, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, é correto afirmar que:
- a) O Corregedor-Geral da Justiça deverá designar, por ato próprio, Juiz substituto para assumir a jurisdição da vara de forma permanente.
 - b) O regime de exceção só poderá ser adotado por resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
 - c) Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial, designar novo Juiz titular para a vara, em caráter definitivo.
 - d) Poderá ser declarado regime de exceção por ato do Conselho da Magistratura, que designará Juiz auxiliar para atuar na vara, conforme fixado em norma infralegal.
 - e) Poderá ser decretado regime de exceção por ato do Conselho da Magistratura, sendo o Presidente do TJ responsável pela designação de Juiz para atuar cumulativamente, com limites definidos.

27. No julgamento de uma ação direta de constitucionalidade (ADI) promovida pelo Procurador-Geral de Justiça, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná encontrou divergência significativa entre seus membros. Após o início da sessão com 17 Desembargadores presentes, foram colhidos votos divergentes. Contudo, ao final, não se atingiu a maioria necessária para a declaração de constitucionalidade, e havia ausência de membros em número potencialmente capaz de alterar o resultado. Nesse contexto, analise as proposições abaixo, com base nos dispositivos regimentais pertinentes:

- a) A desistência da ação poderá ser admitida, desde que precedida da manifestação do Procurador-Geral de Justiça pela sua improcedência.
- b) O julgamento deverá ser suspenso, a fim de que se colham os votos dos Desembargadores ausentes, até se alcançar o número necessário para formação de maioria em qualquer sentido.
- c) A declaração de constitucionalidade somente poderá ocorrer se houver voto favorável de dois terços dos membros do Órgão Especial do Tribunal.
- d) Os Desembargadores que não participaram da sessão anterior, mas comparecerem à sessão seguinte, poderão votar, independentemente de qualquer outra providência, desde que estejam presentes.
- e) A ausência de quórum deliberativo mínimo de 17 Desembargadores impedirá o início do julgamento, mas não afeta a validade dos votos já colhidos se atingido esse número posteriormente.

28. Fábio, servidor público estadual, foi demitido do cargo que ocupava, após processo administrativo disciplinar concluído em 2022. Em 2024, obteve novas provas que poderiam demonstrar a ausência de sua responsabilidade funcional. Contudo, nesse mesmo ano, Fábio foi diagnosticado com transtorno neurodegenerativo grave, tornando-se juridicamente incapaz. Após seu falecimento, seu filho, único dependente reconhecido por norma previdenciária estadual, protocolou pedido de revisão disciplinar. Considerando o disposto na Lei nº 16.024/2008, é correto afirmar que:

- a) O pedido de revisão é tempestivo, mas não poderá ser acolhido por ter sido formulado após a morte do servidor e por terceiro não legitimado.
- b) A simples alegação de injustiça na demissão de Fábio, mesmo se acompanhada de novas provas, autoriza o conhecimento da revisão, dada a sua condição de incapaz.
- c) O pedido de revisão é cabível, desde que fundado em fato novo não apreciado no PAD, e pode ser apresentado por dependente previdenciário mesmo após o falecimento do servidor.
- d) O filho de Fábio poderá requerer a revisão, desde que indicado expressamente como curador judicial em momento anterior à morte do servidor.
- e) O deferimento da revisão vinculará o regime previdenciário estadual à reconstituição do vínculo funcional para fins de concessão de pensão por morte ou aposentadoria.

LEGISLAÇÃO - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI N° 13.709/2018). LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N° 12.527/2011).

Antônio Daud

29. A transparência na administração pública é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, essencial para garantir que a gestão dos recursos e dos interesses coletivos seja conduzida de forma aberta, honesta e responsável.

Considerando então o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de trinta e cinco anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- e) não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão que receber um pedido de acesso à informação deverá atendê-lo em prazo não superior a vinte dias, prorrogável por mais dez dias.

30. A LGPD é a norma que estabelece regras sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas naturais e jurídicas, tanto no setor público quanto no privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Tendo isso em vista, assinale a alternativa que CONTRARIA as definições da Lei 13.709/2018, conhecida como LGPD:

- a) órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
- b) relatório de impacto: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
- c) transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- d) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- e) eliminação: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

31. O termo “constituição” pode ser definido em várias acepções, variáveis conforme o fundamento que se adote. A partir dos vários sentidos (ou concepções) de constituição, analise os seguintes itens:

I – O sentido sociológico foi proposto por Ferdinand Lassalle, que defende ser a Constituição a somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, o efetivo poder social.

II – A concepção jurídica, de Carl Schmitt, comprehende a Constituição consiste como um sistema de normas jurídicas, paradigma de validade de todo o ordenamento jurídico.

III – O sentido político, proposto por Hans Kelsen, entende que a ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

IV – Segundo a concepção sociológica de Karl Marx, a Constituição é um produto das relações de produção que visa assegurar os interesses da classe dominante.

Assinale a alternativa que contenha as assertivas verdadeiras:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

32. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

33. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.
- e) A criação de novos municípios, por desmembramento, é vedada pela Constituição Federal.

34. Analise os seguintes itens:

- I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.
- II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil

e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

35. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, qual das seguintes funções essenciais à justiça tem por atribuição direta instituir ações para a defesa dos direitos individuais e coletivos, inclusive a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis?

- a) Advocacia-Geral da União (AGU).
- b) Ministério Público Federal (MPF).
- c) Defensoria Pública da União (DPU).
- d) Procuradoria-Geral da República (PGR).
- e) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. Considere que José e João são alunos de uma escola pública estadual e se envolveram em uma briga dentro da sala de aula. O diretor aplicou a eles a penalidade de suspensão, após o devido processo administrativo. A decisão do diretor da escola pública configura expressão do poder:

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) de polícia.
- d) normativo.
- e) disciplinar.

37. No que se refere à anulação e à convalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a anulação possui efeitos *ex nunc*, ou seja, desfaz os efeitos do ato a partir de sua declaração em diante.
- b) quando os motivos discricionários que levaram à edição do ato não mais existirem, a Administração deve obrigatoriamente anulá-lo.
- c) a convalidação consiste na manutenção dos efeitos de um ato administrativo anulável, regularizando-o desde a sua edição.
- d) os atos vinculados não são passíveis de convalidação.
- e) os vícios de competência e forma não podem ser convalidados, por serem elementos discricionários dos atos administrativos.

38. Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as modificações da Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa não se aplicam à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública previsto na Lei Anticorrupção.
- c) constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- d) para configuração do ato de improbidade que causa lesão ao erário, basta a comprovação de perda patrimonial decorrente da atividade econômica, ainda que não comprovado o ato doloso praticado com essa finalidade.

e) os atos de improbidade que atentam contra os princípios serão sancionados com o pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o dobro, a juízo da autoridade.

39. No tocante às hipóteses e ao processo de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a opção correta:

- a) o processo de contratação direta dispensa a apresentação da justificativa de preço, bastando que o caso se enquadre em uma das hipóteses prevista na Lei nº 14.133/2021.
- b) os agentes públicos responsáveis pela licitação respondem objetivamente pelo dano causado ao erário nos casos de contratação direta indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) é dispensável a licitação quando inviável a competição, especialmente nos casos de locação de imóvel, cujas características ou localização condicionem a escolha.
- d) para fins de aferição dos valores de dispensa de baixo valor, deve ser observado o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
- e) é inexigível a licitação para aquisição de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

40. Em relação aos bens públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. São bens públicos de uso especial os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.

II. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

III. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, mas os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I.
- c) II.
- d) I e II.
- e) III.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

41. Sobre as regras contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, marque a correta:

- a) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- b) Quando a lei for obsoleta, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- c) Na aplicação da lei, o juiz não precisa se atter aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, afinal a própria previsão legal é suficiente para a decisão a ser exarada.
- d) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, sendo que se reputa ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei nova
- e) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade, mas não deve influenciar nos direitos de família.

42. A respeito das regras de domicílio tratadas no Código Civil, marque a alternativa correta:

- a) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde exercer suas atividades.
- b) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, sem que haja necessariamente a intenção manifesta de o mudar.
- c) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- d) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é da União, a sede da Presidência da República; dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; e do Município, o lugar onde funcione a administração municipal.
- e) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, apenas a sede da empresa será considerada domicílio.

43. A respeito da classificação dos bens, marque a alternativa incorreta:

- a) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- c) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam, os bens naturalmente indivisíveis podem tornar-se divisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- d) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais, sendo que os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias.
- e) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária e universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

44. Os negócios jurídicos podem ser invalidados. Marque a opção que trata de regra de negócio anulável:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- e) pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

45. Quanto às regras de prescrição, marque a única opção que está de acordo com a lei:

- a) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos de 2 a 5 anos, a depender do caso.
- b) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou que a alegarem oportunamente.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa, interrompe-se e continua a correr contra o seu sucessor.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta.

- a) Não são devidos honorários advocatícios na reconvenção.
- b) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- c) Deve ser apresentada em peça separada da contestação.
- d) A desistência da ação obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- e) A reconvenção não pode ser proposta contra o autor e terceiro.

47. Sobre a denunciação da lide no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
- b) Se o denunciante for vencido na ação principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado
- c) Se o denunciante for vencedor o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- d) Não se admite denunciação da lide sucessiva.
- e) Feita a denunciação pelo autor, é vedada ao denunciado assumir a posição de litisconsorte do denunciante.

48. Segundo o Código de Processo Civil, o juiz não resolverá o mérito quando:

- a) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência.
- b) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de prescrição;
- c) homologar a renúncia à pretensão formulada na reconvenção.
- d) homologar a transação.
- e) homologar a desistência da ação.

49. Segundo o Código de Processo Civil, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias, com exceção

- a) do recurso especial.
- b) do agravo interno.
- c) dos embargos de declaração.
- d) dos embargos infringentes.
- e) da apelação.

50. Sobre os pronunciamentos do juiz no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Os atos meramente ordinatórios dependem de despacho.
- b) Acórdão é o julgamento monocrático proferido pelos tribunais.
- c) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- d) Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no conceito de despacho.
- e) Os despachos não precisam ser assinados pelos juízes.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

51. Durante uma manifestação, Carlos, gerente da loja X, foi abordado por um grupo de pessoas que exigiram que ele retirasse objetos da loja e os entregasse a elas. Uma das pessoas, portando arma de fogo, apontou-a para Carlos e ameaçou atirar caso ele não obedecesse. Temendo por sua vida, Carlos realizou exatamente o que lhe foi ordenado.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa que indica corretamente a responsabilidade penal de Carlos.

- a) Carlos responderá por furto, pois houve retirada de bem alheio.
- b) Carlos responderá por roubo, já que o fato ocorreu com grave ameaça.

c) Carlos não responderá penalmente, pois houve inevitável renúncia voluntária.

d) Carlos não responderá penalmente, pois agiu sob coação moral irresistível.

e) Carlos não responderá penalmente, pois agiu em legítima defesa.

52. Pedro, diagnosticado com transtorno mental grave, foi acusado de destruir equipamentos de um hospital público. O laudo pericial concluiu que, no momento do fato, ele compreendia o caráter ilícito da conduta, mas não conseguia controlar seus impulsos em razão da doença.

Assinale a alternativa que indica a situação jurídica de Pedro.

- a) Pedro é plenamente imputável.
- b) Pedro é semi-imputável, pois tinha entendimento, mas não conseguia se determinar.
- c) Pedro é inimputável e deve ser absolvido sem aplicação de medida.
- d) Pedro é penalmente isento por força maior.
- e) Pedro é inimputável apenas se não souber distinguir o certo do errado.

53. Durante uma única ação, Maria efetuou um disparo contra duas pessoas, causando lesões em ambas. Houve apenas um ato, e embora Maria não quisesse acertar as duas, sua conduta ocasionou dois resultados. O Ministério Público denunciou Maria por dois crimes de lesão corporal.

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta sobre a aplicação da pena.

- a) Aplica-se a soma das penas dos dois crimes.
- b) Aplica-se apenas a pena do crime mais grave, sem aumento.
- c) Aplica-se uma pena única, aumentada de um sexto até metade.
- d) Aplica-se o dobro da pena do crime mais grave.
- e) Aplica-se a substituição automática por pena restritiva de direitos.

54. De acordo com o Código Penal, Antônio foi condenado por crime de estelionato, com trânsito em julgado da sentença. Antes de iniciar o cumprimento da pena, faleceu em um acidente automobilístico.

Assinale a alternativa correta.

- a) A morte de Antônio extingue a punibilidade.
- b) A morte de Antônio exclui a ilicitude da conduta.
- c) A morte de Antônio gera apenas redução da pena.
- d) A morte de Antônio configura prescrição.
- e) A morte de Antônio exclui a tipicidade.

55. João, servidor público, recebeu de um colega documentos sob sua responsabilidade e, aproveitando-se do cargo, desviou-os para uso particular, impedindo que fossem utilizados para o fim público a que se destinavam.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa que corresponde ao crime praticado por João.

- a) Corrupção passiva.
- b) Concussão.
- c) Peculato.
- d) Prevaricação.
- e) Corrupção ativa.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

56. Henrique foi ofendido em sua dignidade e decoro por Caio e Vinícius, sendo chamado de “ótario” e “corno manso”. Em se tratando de crime de injúria simples (art. 140 do CP), Henrique ajuizou queixa-crime contra ambos os infratores. No curso do processo, o querelante se reconciliou com Caio, razão pela qual manifestou o desejo de encerrar o processo em face deste, mas ainda desejava continuar processando Vinícius. Nesse caso:

- a) Henrique poderá oferecer o perdão do ofendido a Caio, mas tal perdão se estenderá a Vinícius, sem

que produza efeitos em relação àquele que o recusar

- b) Henrique poderá oferecer o perdão do ofendido a Caio, e tal perdão não se estenderá a Vinícius
- c) Henrique poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Caio e manter o processo contra Vinícius
- d) Henrique poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Caio, mas tal renúncia se estenderá a Vinícius
- e) Henrique não poderá abrir mão da ação penal privada já ajuizada

57. Bruno foi denunciado pela suposta prática do crime de lesão corporal gravíssima contra Pablo. O exame de corpo de delito não foi realizado durante a fase de investigação criminal, tendo sido dispensado pelo delegado de polícia em razão da confissão de Bruno. No curso do processo, a única testemunha, Juliana, afirmou ter visto Bruno agredir a vítima com socos e chutes. Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) É dispensável o exame de corpo de delito quando há confissão do acusado, sendo suficiente, nesse caso, a prova testemunhal
- b) A confissão de Bruno não dispensa a realização do exame de corpo de delito
- c) O crime em questão, por sua natureza, não exige a realização do exame de corpo de delito para a comprovação da materialidade
- d) O exame de corpo de delito deveria ter sido realizado por um perito oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior
- e) O exame de corpo de delito deveria ter sido realizado por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior

58. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que será possível a decretação da prisão preventiva, caso presentes os requisitos legais:

- a) quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 06 anos de privação da liberdade
- b) se o agente for reincidente
- c) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la
- d) quando se tratar de crime com violência ou grave ameaça à pessoa, independentemente da pena cominada ao delito
- e) se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato amparado pela legítima defesa

59. Felipe foi denunciado pelo MP-PR pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, o acusado teria se passado por funcionário de uma empresa de telefonia para convencer a vítima a permitir seu ingresso na residência e, então, subtrair seus pertences com maior facilidade. O Juízo, ao final da instrução, analisando as provas constantes dos autos, entendeu que o fato narrado na denúncia foi devidamente comprovado, mas constituiria, na verdade, o crime de furto qualificado pelo emprego de fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), e não o delito imputado (estelionato). Nesse caso, é correto afirmar que se trata de hipótese de:

- a) Emendatio libelli, podendo o juiz condenar Felipe pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave
- b) Emendatio libelli, não podendo o juiz condenar Felipe pelo crime de furto qualificado, já que este crime possui pena mais grave
- c) Mutatio libelli, não podendo o juiz condenar Felipe pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave

d) Mutatio libelli, podendo o juiz condenar Felipe pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu

e) Mutatio libelli, podendo o juiz condenar Felipe pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP

60. No curso de determinado processo criminal instaurado contra Gustavo pela prática do crime de receptação simples (pena: reclusão, de 01 a 04 anos e multa), a defesa requereu ao juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. O Juízo, acolhendo a tese defensiva, reconheceu a prescrição e declarou extinta a punibilidade. Inconformado, o MP deverá:

- a) Impetrar habeas corpus
- b) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- c) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- d) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 04 dias, em razão do prazo em dobro conferido ao Ministério Público
- e) Interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente

Redação

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>